

PROJETAR HABITAÇÃO, CONSTRUIR CIDADES: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E DIRETRIZES PARA MORADIAS POPULARES EM GOIÂNIA

DESIGNING HOUSING, BUILDING CITIES: PEDAGOGICAL EXPERIENCES AND GUIDELINES FOR POPULAR HOUSING IN GOIÂNIA

Sandra Catharinne Pantaleão Resende, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, UEG/CET, sandra.resende@ueg.br
Ana Clara Gomes Pereira, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UEG/CET, anaclarag889@aluno.ueg.br
Paula Mirella Bruno de Freitas, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UEG/CET, paula.freitas@aluno.ueg.br
Thereza Rachel Marques Balestrin, Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UEG/CET, thereza@aluno.ueg.br

Resumo: Este trabalho aborda o tema da habitação de interesse social (HIS) na cidade contemporânea a partir das discussões desenvolvidas na disciplina de Projeto Urbano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEG. São apresentados aspectos históricos, políticos, territoriais e ambientais, com ênfase na reflexão crítica das políticas habitacionais brasileiras, especialmente sobre o programa Minha Casa Minha Vida. A pesquisa analisa a produção do espaço urbano e propõe abordagens que considerem as diferentes escalas de projeto para minimizar problemas como a segregação socioespacial, a baixa qualidade das moradias e a ausência de integração com a malha urbana. Como alternativa aos modelos habitacionais convencionais, o estudo discute princípios do urbanismo ecológico, a valorização da rua e da dimensão pública como instrumentos para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais. O objetivo é evidenciar a moradia como um direito fundamental e um vetor de justiça socioespacial, além de promover reflexões sobre espaços urbanos mais integrados territorial e socialmente. Os resultados indicam a importância de práticas urbanísticas que articulem planejamento participativo, respeito às dinâmicas locais e relações entre a dimensão pública e privada, como estratégias para materializar o direito à cidade.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Produção do Espaço Urbano. Urbanismo Ecológico. Justiça Socioespacial. Direito à Cidade.

Abstract: This paper addresses the issue of social housing (HIS) in the contemporary city, based on discussions developed within the Urban Design course of the Architecture and Urbanism at UEG. It presents historical, political, territorial, and environmental aspects, with an emphasis on critical reflection on Brazilian housing policies, particularly the Minha Casa Minha Vida program. The research analyzes the production of urban space and proposes approaches that consider different design scales to mitigate problems such as socio-spatial segregation, poor housing quality, and lack of integration with the urban fabric. As an alternative to conventional housing models, the study discusses principles of ecological urbanism, the valorization of the street, and the public dimension as tools to confront socio-spatial inequalities. The aim is to highlight housing as a fundamental right and a vector of socio-spatial justice, as well as to foster reflections on more territorially and socially integrated urban spaces. The results point to the importance of urban planning practices that articulate participatory planning, respect for local dynamics, and relations between public and private spheres as strategies to materialize the right to the city.

Keywords: Social Housing. Urban Space Production. Ecological Urbanism. Socio-spatial Justice. Right to the City.

INTRODUÇÃO

A habitação de interesse social (HIS) é um tema de destaque no debate urbano atual, pois evidencia os efeitos históricos do processo de urbanização nas cidades brasileiras em que se constata a precarização das políticas públicas e a fragmentação do território. No Brasil, o desafio de garantir o direito à moradia se relaciona diretamente com a estrutura fundiária urbana, marcada pela especulação imobiliária, pela informalidade e pela baixa capacidade de articulação entre planejamento urbano e política habitacional. Ainda que programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) tenham ampliado o acesso à moradia, especialmente entre famílias com renda de até cinco salários-mínimos — faixa que concentra cerca de 90% do déficit habitacional —, os resultados mostram limitações quanto à localização dos empreendimentos, qualidade construtiva, sustentabilidade e integração urbana.

Face a essa realidade, este trabalho apresenta reflexões desenvolvidas na disciplina de Projeto Urbano do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A partir de estudos sobre a trajetória da habitação social no Brasil e das críticas à produção habitacional do século XX, buscou-se compreender como novas abordagens podem contribuir para cidades mais justas e asseverar o direito à cidade. Para tanto foram discutidos aspectos históricos, políticos, territoriais e ambientais visando, sobretudo, constituir uma abordagem crítica ao modelo funcionalista herdado do urbanismo moderno e à padronização que ainda predomina quando se fala em HIS.

As discussões se fundamentam, sobretudo, em autores que problematizam a produção do espaço urbano sob a ótica da justiça social e da ecologia. Henri Lefebvre (2001), ao propor o “direito à cidade”, aponta para a necessidade de apropriação do espaço urbano por todos os cidadãos, o que inclui o acesso à moradia digna, à mobilidade e à centralidade. Ignacy Sachs (2002), com sua proposta de ecodesenvolvimento, propõe uma abordagem integrada que valorize a dimensão ambiental, social e cultural dos territórios. Historicamente, tem-se o papel desempenhado por Carmen Portinho no planejamento habitacional no Brasil, ao propor conjuntos integrados com equipamentos coletivos e infraestrutura urbana nas décadas de 1940 e 1950, como o projeto Pedregulho. Já Gregory Bateson (1990) traz contribuições importantes sobre a importância da flexibilidade e da adaptação nos processos urbanos, sugerindo que a

prática urbanística deve considerar hábitos, subjetividades e relações em constante transformação.

Tendo em vista os autores e debates realizados em sala, coloca-se em discussão a seguinte questão: como repensar a HIS tendo por princípios a valorização do território, aspectos socioculturais, relações entre espaços públicos e privados e a dimensão socioambiental, superando os modelos ainda vigentes. A intenção é elaborar uma cartilha orientativa para a cidade de Goiânia, buscando reunir dados e elementos que contribuam para projetos de HIS cujo objetivo principal seja a justiça social, além de possibilitar repertório aos estudantes sobre alternativas de produção do espaço urbano.

As discussões da disciplina perpassam análises das práticas urbanísticas que articulam as diferentes escalas de projeto urbano (território, cidade, bairro e edifícios), além de discorrer sobre o planejamento participativo e valorização da rua como espaço público. O intuito consiste, ao final da disciplina, um exercício de projeto que responda com soluções mais eficazes que correspondam às discussões atuais sobre cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

O trabalho apresentado é resultado do percurso formativo desenvolvido na disciplina de Projeto Urbano – turma B, semestre 2025/1. A proposta metodológica envolveu momentos de leitura crítica, análise histórica e territorial, debate coletivo e exercício de elaboração projetual voltado à HIS. As atividades foram organizadas em etapas sequenciais a fim de permitir o aprofundamento dos conteúdos e a produção de uma cartilha orientativa com proposições voltadas à cidade de Goiânia versando sobre HIS.

Inicialmente, os estudantes realizaram estudos dirigidos sobre a política habitacional no Brasil, com destaque aos marcos históricos das décadas de 1940 e 1950 — período em que foram destacadas as contribuições de Carmen Portinho ao defender conjuntos habitacionais com infraestrutura e equipamentos urbanos integrados. Essa etapa foi acompanhada por aulas expositivas, análise de documentos oficiais como o Plano Nacional de Habitação (PNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e debates sobre os limites dos modelos habitacionais contemporâneos.

Em seguida, o grupo trabalhou na elaboração do repertório teórico, com base em autores que discutem a produção do espaço urbano e a justiça socioespacial.

Foram discutidos textos que abordam o direito à cidade e o histórico da HIS no Brasil (Lefebvre, 2001; Bonduki, 1998, 2014), conceitos sobre econdesenvolvimento e integração entre escalas (Sachs, 2002; Hertzberger, 2001). Somam-se a esses autores a perspectiva de Bateson (1990) sobre planejamento e flexibilidade e o conceito de “ecosofia” de Felix Guattari, ao considerar a interrelação entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade. As discussões foram sempre associadas a exemplos concretos, como o conjunto Pedregulho e os empreendimentos do PMCMV em diferentes regiões do país. Outro conceito importante trata-se da rua como elemento estruturador do espaço urbano e como espaço de encontro, convívio e resistência.

Na sequência, tem-se o estudo do lugar, evidenciando a produção de HIS na cidade de Goiânia, com maior ênfase à formação da região Oeste, buscando analisar o espaço em diferentes escalas. Nesta etapa, o objetivo residiu em identificar os padrões de implantação, os limites da integração urbana, a presença (ou ausência) de equipamentos coletivos, e a relação entre os espaços públicos e privados.

Essas etapas constituem a primeira parte da cartilha orientativa, em que foram reunidos textos, mapas, diagramas e imagens que dialogam com os conteúdos trabalhados em sala e propõem diretrizes para o exercício de projeto a ser desenvolvido na sequência da disciplina.

Face ao exposto, adota-se como procedimentos metodológicos uma abordagem crítica e pedagógica, com ênfase na análise qualitativa e na construção interdisciplinar do conhecimento. A elaboração da cartilha possibilita compreender além do percurso metodológico da disciplina, ampliar os debates sobre as possibilidades projetuais aplicáveis à realidade urbana de Goiânia.

RESULTADOS

Os resultados foram trabalhados em duas frentes principais: a construção coletiva de um referencial teórico e repertório projetual com abordagem crítica sobre a HIS e a elaboração de uma cartilha orientativa desenvolvida para a cidade de Goiânia. Os dois caminhos refletem o percurso pedagógico da disciplina, com ênfase na articulação entre reflexão teórica, análise territorial e proposição de alternativas ao modelo vigente de produção habitacional.

Do ponto de vista teórico, os debates possibilitaram aos estudantes o reconhecimento das

limitações do modelo habitacional funcionalista herdado do urbanismo moderno, ainda presente em muitos conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A leitura de autores contribuiu para a compreensão das relações entre moradia, território, política e ecologia, além de destacar a importância da rua e do espaço público como elementos centrais para a vitalidade urbana. A produção de fichamentos, esquemas conceituais e sínteses gráficas auxiliou no amadurecimento dessas ideias e possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem mais sensível às escalas sociais e territoriais da cidade.

Ademais foram desenvolvidos exercícios de leitura sobre as políticas habitacionais e urbanas. Documentos como o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), a Lei nº 11.977/2009 e relatórios técnicos sobre o PMCMV foram analisados à luz dos efeitos concretos observados nas cidades, o que contribuiu para relacionar teoria e produção do espaço urbano. Esse movimento permitiu compreender que a produção de habitação, quando desvinculada do planejamento urbano e de uma leitura qualificada do território, tende a reproduzir processos de segregação e exclusão socioespacial.

No eixo territorial, as análises realizadas sobre a região Oeste de Goiânia — com foco nos padrões de implantação das HIS, na presença ou ausência de infraestrutura, equipamentos públicos e nas formas de apropriação do espaço urbano — evidenciaram a fragmentação do tecido urbano, os vazios urbanos e a carência de uma ocupação orientada à integração urbana. Os estudantes utilizaram ferramentas cartográficas e fotográficas para representar a localização e as condições desses empreendimentos, além de realizarem comparações entre diferentes bairros, identificando recorrências nos problemas enfrentados pelos moradores, como dificuldade de acesso ao transporte público, longas distâncias em relação a serviços básicos e falta de espaços de convivência.

A partir dessas leituras e análises, encontra-se em desenvolvimento a cartilha orientativa, principal produto da disciplina. Estruturada em seções temáticas, a cartilha apresenta conceitos-chave, diretrizes de projeto urbano e referências teóricas e práticas que buscam orientar propostas para a qualificar a produção de habitação social em Goiânia. O material reúne textos, imagens, mapas, diagramas e esquemas produzidos pelos estudantes, sendo resultado de um processo colaborativo, crítico e interdisciplinar. A cartilha busca

dialogar com técnicos, estudantes, professores e gestores públicos, oferecendo um conjunto de parâmetros que podem ser considerados em futuros projetos habitacionais com foco em inclusão e sustentabilidade urbana.

Entre as diretrizes propostas, destacam-se:

- A valorização da rua como espaço de convivência e estruturação urbana;
- A integração entre habitação, equipamentos públicos e áreas verdes;
- A adaptação dos projetos às características territoriais e socioculturais locais;
- A promoção de tipologias flexíveis, abertas à apropriação e transformação;
- O estímulo à participação comunitária no planejamento e na gestão dos espaços.

Esses resultados apontam para a importância de se repensar o ensino de Projeto Urbano, considerando as diversas camadas e escalas que envolvem a produção de HIS. Ao trabalhar com escalas diversas — da edificação ao território —, a disciplina proporcionou uma experiência formativa que articula criticamente teoria, prática e responsabilidade social no campo da Arquitetura e Urbanismo. O exercício pedagógico, portanto, é uma contribuição relevante para ampliar a perspectiva e compromisso em atender aos requisitos constitucionais de direito à cidade.

DISCUSSÃO

A reflexão sobre HIS, desenvolvida ao longo da disciplina de Projeto Urbano, evidencia a necessidade de superar modelos projetuais baseados na padronização, na setorização rígida e na fragmentação do espaço urbano. Os resultados alcançados revelam que o debate sobre HIS vai além da produção de unidades habitacionais e envolve outras questões como acesso à terra urbanizada, presença de infraestrutura, integração entre funções urbanas e valorização dos espaços públicos. Nesse sentido, as proposições desenvolvidas pelos estudantes reforçam a compreensão da moradia como direito e como elemento indispensável para a justiça socioespacial.

Retomando os objetivos iniciais, é possível afirmar que a cartilha elaborada representa uma importante contribuição à medida que reúne as etapas de trabalho desenvolvidas e, ao mesmo tempo, oferece diretrizes que superam os limites dos modelos

hegemônicos. O trabalho demonstra que, mesmo em contextos de formação inicial, é possível construir repertórios críticos e propositivos que dialoguem com a realidade urbana e contribuam para a qualificação do debate público e a formação crítica dos estudantes.

A análise da região Oeste de Goiânia permitiu observar o distanciamento entre os conjuntos habitacionais e os principais eixos de mobilidade e equipamentos urbanos e o caráter fragmentado na produção do espaço urbano ao longo do tempo. Tal configuração reproduz desigualdades históricas e evidencia a lógica da segregação socioespacial. Essa constatação reforça as críticas já levantadas por autores como Bonduki (1998; 2014), ao denunciar a ausência de articulação entre planejamento urbano e política habitacional.

A adoção de autores como Sachs (2002), Guattari (1990) e Bateson (1990) enriqueceu a discussão ao introduzir noções de ecologia, subjetividade e adaptação, propondo que o planejamento urbano seja compreendido como um campo interdisciplinar e sensível às transformações sociais, culturais e ambientais. Tais conceitos foram incorporados às diretrizes da cartilha, especialmente nas propostas voltadas à diversidade tipológica, à valorização da rua como espaço de vida e à relação entre os modos de habitar e o contexto ambiental urbano.

A leitura do texto “Produzir habitação nas cidades: uma questão urbana” (Ferreira et al., 2012), coordenado por João Sette Whitaker Ferreira, possibilitou reforçar o entendimento de que a produção de habitação deve ser pensada como instrumento de política urbana, e não apenas como resposta à demanda quantitativa por moradias. Os autores indicam que a produção de HIS tem, muitas vezes, contribuído para a expansão do tecido urbano de forma desarticulada, reforçando desigualdades e aprofundando a segregação socioespacial. Esse conteúdo foi amplamente debatido em sala, conectando os aspectos empíricos observados em Goiânia às críticas teóricas formuladas pelo LabHab-FAUUSP.

Quanto à análise do lugar, os estudantes desenvolveram uma leitura da região Oeste de Goiânia, com ênfase na implantação de conjuntos habitacionais em áreas periféricas e na ausência de infraestrutura urbana de qualidade. As análises indicaram o distanciamento das HIS em relação aos principais eixos de mobilidade, ao sistema de transporte coletivo e aos equipamentos públicos essenciais, como escolas,

unidades de saúde, praças e espaços de convivência. Essa condição foi representada por meio de mapas, diagramas e análises comparativas enaltecendo o processo de fragmentação urbana ao longo do tempo, muitas vezes coordenados também pelas políticas urbanas do município desde fins dos anos 1960.

A ausência de conexão entre habitação, cidade e políticas urbanas reforça a constatação de Ferreira (2012) de que a produção de HIS no Brasil frequentemente se dá em “vazios urbanos distantes”, promovendo o que o autor denomina “urbanização sem cidade” — ou seja, empreendimentos desconectados da malha urbana consolidada e desprovidos de vitalidade social e urbana. A partir dessa crítica, os estudantes buscaram propor alternativas que resgatassem a centralidade da rua, o papel dos espaços públicos e a inserção qualificada das HIS no território.

O percurso metodológico também revelou pedagogicamente a relevância de adotar práticas integradoras no ensino de projeto urbano. A construção da cartilha exigiu articulação entre teoria, análise territorial e produção gráfica, promovendo a autonomia e a capacidade crítica dos estudantes. Ainda assim, reconhecem-se limites importantes, como o aprofundamento da análise empírica do território — que foi parcial — e a ausência de participação direta de moradores dos conjuntos analisados, visto limitações próprias de tempo e quantitativo de estudantes envolvidos.

Em síntese, o trabalho discutido aponta que a formação em Arquitetura e Urbanismo deve considerar a HIS como campo prioritário de intervenção, promovendo abordagens que articulem o direito à moradia com os princípios da sustentabilidade, da diversidade e da integração socioespacial. A elaboração de diretrizes orientativas, mesmo em caráter pedagógico, pode contribuir para a formulação de propostas mais justas, sensíveis e contextualizadas nas cidades brasileiras.

CONCLUSÕES

A experiência da disciplina apresenta-se como recurso pedagógico para fomentar o pensamento crítico, a sensibilidade territorial e a capacidade de propor alternativas às práticas habitacionais convencionais. A construção da cartilha orientativa foi mais do que um exercício didático: representou uma síntese da articulação entre teoria, prática e análise territorial, demonstrando o potencial do ensino de projeto urbano

para formar profissionais comprometidos com a transformação social e espacial das cidades.

A experiência também apontou a importância de práticas pedagógicas que estimulem a reflexão coletiva, a interdisciplinaridade e o compromisso com a realidade local. A análise da região Oeste de Goiânia, embora parcial, apontou os efeitos de uma urbanização fragmentada, que afasta os moradores da vida urbana plena. Ao mesmo tempo, indicou que a leitura crítica do território pode embasar diretrizes mais sensíveis às dinâmicas locais e mais coerentes com o objetivo de garantir o direito à moradia. Esse exercício também se articula às legislações do município buscando compreender a articulação ou falta dela quando se trata de HIS.

Portanto, os resultados e as reflexões oriundas deste trabalho reforçam a ideia de que a habitação de interesse social deve ser tratada como um tema indispensável no ensino de Arquitetura e Urbanismo. A cartilha desenvolvida pelos estudantes é uma contribuição concreta, ainda que em caráter formativo, ao debate urbano sobre moradia, justiça socioespacial e sustentabilidade. Buscou-se, em síntese, estimular novas práticas pedagógicas e, sobretudo, colaborar com uma cultura projetual comprometida com o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- BATESON, Gregory. *Uma unidade sagrada: algumas etapas para uma ecologia da mente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BRASIL. *Ministério das Cidades. Plano Nacional de Habitação – PlanHab*. Brasília: MCidades, 2009.
- BRASIL. *Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 13 jul. 2009.
- FERREIRA, João Sette Whitaker (org.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. São Paulo: FAPESP; UNESP, 2012.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução de Maria Aparecida Viana. Campinas: Papyrus, 1990.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

PORTINHO, Carmen. Experiência com o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes. In: BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.